



## Por que sofremos?: uma análise vivencial compartilhada autorizada

*Carla Cristina Kawanami, Paulo Roberto Ribeiro Marinho*

As reflexões propostas por este tema apontam caminhos para a compreensão da seguinte questão norteadora: Por que os trabalhadores e trabalhadoras que atuam na Educação sofrem? Este ensaio teórico, sem a pretensão de esgotar o tema ou delimitar certezas, reflete a prática profissional de dois psicólogos educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo IFSP. Fomos convocados na presente escrita, diante das nossas vivências e percepções, enquanto trabalhadores que enfrentam diariamente aspectos que subjetivam os riscos à saúde e o desgaste mental.

Quando nos remetemos ao contexto escolar, deparamo-nos, muitas vezes, com dificuldades enfrentadas pelos profissionais que nela atuam, principalmente quando nos referimos a rede pública de ensino. São diversos os fatores que atravessam esse meio: a falta de recursos disponibilizados para a realização das tarefas propostas; a sobrecarga de trabalho; a falta de respaldo de formação técnica para os profissionais não docentes; ausência de formações pedagógicas ou formações que não atendem às necessidades reais dos professores; a multiplicidade de papéis que acabam por assumir; a falta de reconhecimento dos profissionais que atuam no contexto da educação; a baixa remuneração; e a pouca autonomia que lhes é dada, e isso inclui todos os membros da escola (BARROS *et al*, 2019). Fatores esses que contribuem cada vez mais para o binômio: saúde/doença.

Desde a década de 80, a saúde física dos trabalhadores foi diretamente ligada às condições de trabalho, área esta relacionada à medicina do trabalho e à ergonomia, ao passo que sua saúde mental foi associada à organização do trabalho (DEJOURS, 2015). Dejours (1994) assegura que o processo de adoecimento dos trabalhadores está intimamente atrelado ao sofrimento psíquico decorrente da

relação com o trabalho, sobretudo no tocante aos aspectos do contexto de trabalho que derivam dessas atividades e da própria organização.

E aqui elucidamos o recorte para a realidade vivenciada enquanto trabalhadores, psicólogos, servidores federais, em cargo técnico-administrativo, na Educação pública brasileira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. As vivências permitem percepções e questionamentos não só acerca das questões de ensino-aprendizagem, mas também aquelas que perpassam os muros da escola, que convocam para a reflexão acerca das questões dos territórios nos quais a instituição está inserida.

A rede federal conta com uma equipe técnica por campus, a Coordenadoria Sociopedagógica, que atende a todas as demandas, excluindo-se apenas a função da administração do conteúdo (em português reto, cuida de tudo que envolve o aluno, só não dá aula). A Coordenadoria Sociopedagógica conta com uma equipe técnica composta minimamente por pedagoga, psicóloga, assistente social e técnico em assuntos educacionais (profissional com diploma de licenciatura). Em alguns campus, agregam-se intérpretes de Libras, técnico de enfermagem, nutricionista e assistente administrativo. A complexidade de nosso trabalho demanda estudo e pesquisa. A Lei 8112/1990 permite a valorização do potencial dos servidores públicos quando dispõe sobre as licenças possíveis para capacitação profissional e qualificação acadêmica.

A prática do psicólogo nas escolas caminhou com as discussões da época, baseadas no modelo médico, buscando adaptar o sujeito à escola e à comunidade, em uma perspectiva de uniformização do indivíduo, perante aos atributos demandados pela sociedade, os quais todas as pessoas deveriam ser detentoras. De acordo com Antunes (2003) essa perspectiva do trabalho do psicólogo fortaleceu-se por intermédio da Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 que vinculou a psicologia a uma especificidade clínica na escola, com o objetivo de atender individualmente os alunos com dificuldades de aprendizagem. A atuação afastou-se da sala de aula, e as explicações em relação à dificuldade de aprendizagem, concentrou-se na criança, distanciando-se das práxis pedagógicas.

Dessa forma, a Coordenadoria Sociopedagógica conta com servidores que, ao longo do tempo, tornam-se extremamente qualificados, buscando formação em instituições de referência como as universidades públicas e as pontifícias universidades católicas, que promovem a pesquisa a partir de referenciais críticos, como o materialismo histórico-dialético, presente na pós-graduação em Serviço Social, assim como na Pedagogia e na Psicologia. Tal qualificação permite desvelar incoerências da realidade que denunciam as contradições mascaradas por ideologias, que, por sua vez, são reproduzidas através de práticas que também estão presentes no cotidiano da escola.

Diariamente, as mais diversas histórias estão presentes em nosso chão, e, apesar de todo o cenário de vulnerabilidade que possa existir, ali dentro, diante também de tanta potência, existe a

necessidade de se esperançar concomitante à de se manter em constante vigilância frente à tanta opressão e relatos de fragilidade e violência.

Kawanami (2019), a partir de sua vivência enquanto psicóloga escolar, buscou pesquisar as significações de estudantes sobre o ensino médio integrado ao ensino técnico ofertado pela rede federal do estado de São Paulo, motivada não pelas conquistas, mas pelo relato de sofrimento que diariamente era trazido pelos estudantes de um campus da instituição. Por que tantos relatos de sintomas de ansiedade e depressão? Por que tais sintomas permeiam de tal modo a vida dos estudantes dos mais diversos níveis de graduação a ponto de normalizarmos tal situação? O sofrimento não é validado: a “família desestruturada” e a “falta de base” são utilizadas como justificativas para a vulnerabilidade e a instabilidade emocional que o estudante apresenta após ser submetido a pressões acadêmicas e sociais que reproduzem discursos meritocráticos e excludentes, produtores de sofrimento.

Em março de 2020, vivenciamos o início da pandemia da COVID-19. Em um cenário de completa instabilidade, professores e educadores lidaram também com a imposição de um retorno presencial sem condições mínimas para cumprir o protocolo de segurança sanitária, com o desgaste após meses de uma vivência de distanciamento social e atividades remotas, as quais exigiram dedicação em frente ao computador ou celular, ao mesmo tempo em que os cuidados com as crianças, idosos e pessoas com deficiência não puderam ser compartilhados com outras cuidadoras e/ou instituições no momento de pandemia; além disso, muitos vivenciaram a morte de familiares e amigos em uma realidade na qual não foi possível sequer um abraço para acolher a dor. Soma-se a isso o constante ataque que os profissionais da Educação vivenciam, com a perda de direitos trabalhistas, desvalorização salarial, formação e condição de trabalho precarizada, além de projetos de lei como o “escola sem partido” que buscam silenciar a pluralidade de opiniões. Ademais, durante a pandemia professores e educadores depararam-se com um aumento excessivo de atividades, obrigando-os a rapidamente se adaptarem a plataformas digitais e programas de produção de vídeo. Ao mesmo tempo, os profissionais da Educação manifestaram-se nas redes sociais contra um falso discurso de que, se não estivessem produzindo conteúdo ou não aderissem às atividades remotas, estariam ociosos e não justificariam o salário recebido.

Durante a quarentena decorrente da COVID-19, ouvi muitas vezes o discurso do privilégio: “eu sei que sou privilegiado”. Na pandemia, a constatação do privilégio foi um discurso repetido por muitas pessoas: “eu sei que sou privilegiado, tenho internet, tenho uma moradia com condições de distanciamento adequadas, tenho renda que mantém minha vida”. Esse discurso me incomodou

muito, e eu não sabia explicar por que. Talvez seja porque a constatação do privilégio não seja o mesmo que a consciência dele.

A consciência de privilégio é algo angustiante, e nos faz refletir sobre a nossa condição e lugar na sociedade, e o quanto a falta de consciência de privilégio ou de classe é algo danoso e prejudicial para a vida no coletivo. No entanto, se o entendimento da informação é diferente do tomar consciência, em uma esfera de profundidade a tomada de consciência ocorre com uma mudança de atitude e reflexão sobre nossas ações, sendo o questionamento a mola propulsora para mudança da ação, enquanto informação se dá pela reprodução do que eu não questiono e não me coloco como sujeito de mudança.

Dias atrás correu pelo instagram um trecho de uma fala do rapper Emicida sobre a “elite”. Diz ele: “Não concordo com o uso do termo elite. Elite é o que você tem de melhor. Eles não são elite, eles não são o que temos de melhor em termos de humanidade. Eles são a burguesia, o que eles têm é dinheiro”.

O discurso do privilégio enfatiza a posse: possuo acesso à internet, possuo condições de manter um teto sobre a minha cabeça e minha despensa não está vazia. Mas, pensamos nós, que o privilégio não está apenas na posse. Está na possibilidade de se alienar do horror e da barbárie em que estamos submersos. Quando leio “*Quarto de Despejo*”, de Carolina Maria de Jesus (1960), o horror é escancarado e atravessa a minha existência. Horrorizada, fecho o livro, agradeço pela minha vida e vou para a cozinha preparar o jantar, coloco uma música que me faça diminuir o cortisol, a adrenalina e a tristeza causadas pela leitura. O privilégio de fechar os olhos para a realidade e adentrar na “Matrix” (1999), na qual ocupo o que chamamos de “lugar de privilégio”. Para mim, encerra-se ali o horror. Para milhões de Carolinas, não há a possibilidade de fechar o livro, o horror é a existência em si.

O filme “Laranja Mecânica” retrata uma técnica que foi utilizada pela Psicologia para criar aversão: os olhos são impedidos de serem fechados frente a cenas de horror, ao mesmo tempo em que outro estímulo é apresentado, ocasionando então um pareamento de estímulos. Atuar na Coordenadoria Sociopedagógica é como ser impedida de fechar os olhos: os relatos diários de sofrimento nos imergem na realidade. E nós, psicólogas e assistentes sociais, somos vistas pela comunidade acadêmica como Neo’s: as escolhidas para salvar a todos, porém tendo como instrumentos o atendimento individual e o manejo da política de assistência estudantil. Atender a esse chamado (tendo ou não noção de seu limite) implica em atuar na estrutura vigente. Implica militância. Implica (des)afeto.

A partir da percepção de tais contradições, a denúncia passa a ser o único posicionamento coerente. Manter-se nesse lugar de vigília causa um tremendo desgaste. Some-se a isso a escuta do relato das vulnerabilidades e violações de direito, resultados de uma sociedade estruturada na violência e na desigualdade. “Mas é o seu trabalho, você se profissionalizou nisso, você escolheu isso, e você ganha bem”. E dessa forma cruel silencia-se o sofrimento da profissional e abre-se um leque de opções para o adoecimento e, conseqüentemente, para a medicalização.

Theodor Adorno (1995) afirma, frente ao horror do nazismo, que é necessário constantemente relembrarmos da barbárie para que ela não seja repetida. Concordamos com o autor. E, para isso, enquanto coletivo, precisamos criar estratégias para cuidar de quem assume esse compromisso de pontuação, síntese e denúncia. “Carregar o anel”<sup>1</sup>, numa metáfora para o peso da militância, é um fardo bastante pesado para uma existência tão breve como a nossa. A produção acadêmica, dessa forma, mostra-se como uma alternativa: a suspensão do cotidiano para a sua problematização, teorização, diálogo com os pares e com a humanidade através de suas expressões.

E mesmo nesse espaço de potência que seria a Academia, é necessária a vigilância: somos submetidos à delinquência acadêmica denunciada por Tragtenberg (1979). Os saberes são furtados e apropriados pelo sistema, e, quando percebemos, fomos novamente aprisionados pela Matrix.

Enquanto psicólogos, temos o compromisso de nos mantermos vigilantes. De pontuar contradições que causam sofrimento. E de não repetir, em nossa atuação, as condições que reproduzem o machismo, a misoginia, o racismo, o preconceito, a homofobia e tantas outras formas de violência. Porém, adoecemos, pois vivemos no limiar entre o direito ao descanso e a consciência de que o descanso em si é um privilégio.

## Referências bibliográficas

ANTUNES, M. A. M. & Meira, M. E. M. (org.) 2003. Psicologia Escolar: Práticas Críticas. São Paulo: Casa de Psicólogo, 128 p.

BARROS, M. E. B. de; MUNIZ, H. P.; BRITO, J. M. A saúde do trabalhador da educação: a experiência de constituição de Cosates como dispositivo de intervenção numa rede municipal de ensino. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 15-28, 2019. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v22i1p15-28. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/153412>. Acesso em: 13 fev. 2023.

---

<sup>1</sup> em relação ao personagem Frodo do filme *Senhor dos Anéis*, que carrega consigo o Um Anel a ser destruído.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C. Le choix, souffrir au travail n'est pas une fatalité Montrouge, Fr: Bayard, 2015.

JESUS, C. M. de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960

KAWANAMI, C.C.. Ensino Médio Integrado: um estudo sobre as significações constituídas por estudantes de um campus da rede federal. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

Lei no 8.112/1990 : Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis. – Brasília : Senado. Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019.

TRAGTENBERG, M. A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder. São Paulo: Rumo, 1979.

### ***Autores***

*Carla Cristina Kawanami - Psicóloga CRP 06/96109 - Mestra em Educação: Psicologia da Educação e Doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP. Psicóloga do IFSP campus Registro. ORCID:0000-0002-5780-4670. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5391405537494966>*

*Paulo Roberto Ribeiro Marinho - Psicólogo - Psicólogo CRP 06/99232 - Mestre e Doutorando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP- Assis. Psicólogo do IFSP campus São Roque. ORCID: 0000-0002-3661-7251. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5154100097280776>*